

PERSPECTIVAS PARA O SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO

MARISTELA BRAGA¹

BEN - BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL²

Balanço Energético Nacional – BEN tem por objetivo apresentar de forma consolidada os principais parâmetros da oferta e do consumo de energia no Brasil, os resultados de produção, transformação e consumo de energia no ano base, bem como os recursos, reservas e capacidades instaladas e a autoprodução de energia elétrica no país.

A EPE – Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia divulgou no final deste primeiro semestre os dados preliminares do BEN/2008, cujo ano base é o ano de 2007, onde verificamos que a oferta interna de energia no Brasil cresceu 5,9%, pouco acima do PIB que ficou na ordem de 5,4%. Na oferta interna de energia o destaque para o crescimento ficou com a cana-de-açúcar, que cresceu 17,1%, e passou a ser a segunda fonte de energia mais importante na Matriz Energética Brasileira (MEB), atrás do petróleo. Em 2007, mais de 16% de toda a energia consumida no país veio dessa fonte renovável. Se por um lado cresceu a oferta, verificamos também um crescimento no consumo final de energia que ficou em 6,7%.

Os maiores destaques do BEN/2008 (ano base 2007), segundo a EPE, foi a manutenção da auto-suficiência do petróleo já verificada em 2006. Novamente a produção nacional atendeu o consumo doméstico e gerou exportações que superaram a importação do produto. Foi produzido, em média, 1,751 milhão de barris/dia, diante de um consumo médio de 1,734 milhão de barris/dia. Foram exportados 421 mil barris/dia em 2007, e importado 418 mil barris/dia. Outro destaque foi o aumento da autoprodução de energia elétrica, principalmente em razão da cogeração no setor industrial, indicativo de aumento da eficiência global no uso da energia.

O dado mais relevante do BEN foi o crescimento considerável de fontes renováveis de energia em sua matriz energética, principalmente, através da hidroeletricidade e da queima de biomassa. Em 2007, 46,4% de toda a energia consumida no país foram produzidos a partir de fontes renováveis. Em 2006 essa proporção foi de 44,9%, o que preserva a condição de “matriz limpa” da MEB, quando comparada com referências mundiais. Entre as fontes de energia, o destaque foi o etanol, com

¹ MARISTELA BRAGA, Assessora Energia do Sinergia CUT. Agosto/2008

² FONTE: BEN - Balanço Energético Nacional – Base 2007. EPE – Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia. Analistas do setor.

crescimento de 34,7. Na matriz energética isso significou um aumento de 2,5%. Em 2007, a área de plantio da cana-de-açúcar cresceu 8,2%, e a sua produção 15,7%.

Enquanto que na média mundial, 87,3% da energia primária (toda energia injetada na economia, antes de ser transformada ou consumida) vem de fontes não renováveis, o Brasil passou de 44,9% em 2006, para 46,4% em 2007, a produção através de fontes renováveis. Com isso diminuiu sua dependência em fontes não renováveis, principalmente de combustíveis fósseis como petróleo, gás natural e carvão mineral que contribuem para agravamento do aquecimento global.

Se por um lado cresceu a geração de energia elétrica através da queima de biomassa (7,9%) e da hidráulica (6,5%), a participação do carvão mineral (o mais poluente dos combustíveis fósseis) na geração de termelétricidade, cresceu em 10,4%, por conta da entrada das termelétricas visando preservar o nível dos reservatórios.

A participação do gás natural na fonte primária de energia no país caiu de 9,6% em 2006, para 9,3% em 2007.

A descoberta da gigantesca reserva de petróleo e gás de Tupi (juntamente com Júpiter, Carioca, Parati, e outras) feita pela Petrobras na Bacia de Santos, vai exigir um grande aumento da produção na extensa cadeia produtiva de equipamentos e tecnologia, gerando uma infinidade de novos empregos que a Petrobras calcula algo em torno de 14 mil.

Também a forte presença da biomassa em nossa matriz energética contribuirá para a construção de um novo desenho na força de trabalho no setor elétrico brasileiro com a presença cada vez maior das termelétricas geradas a partir da queima do bagaço de cana.

A CRISE DO PETRÓLEO

Foi anunciada a terceira crise mundial do petróleo e o preço do barril disparou beirando US\$150 (em 1979 era US\$ 2). Com ela veio o aumento de preços e, conseqüentemente, a inflação. Isso porque o petróleo e seus derivados são a base de muitos processos produtivos e estão presentes no cotidiano da nossa vida.

Para conter a disparada dos preços os bancos centrais de todo o mundo aumentam as taxas de juros. Dessa forma o dinheiro fica mais caro e menos disponível. Se na década de 1970 a crise era de oferta, hoje é de demanda com mercados reforçando seus estoques com receio da escassez.

O Brasil está livre desta crise?

Segundo informações do próprio governo os combustíveis sofrerão reajustes somente no final do ano, o que, necessariamente, refletirá sobre os preços dos produtos. Graças aos biocombustíveis e a auto-suficiência de petróleo, o Brasil têm alguma pequena área de manobra para atenuar os reflexos desta crise.

Uma das principais lições que podemos extrair da atual crise mundial do petróleo é a da necessidade de mudanças profundas em nosso estilo de vida em busca de atitudes visando um consumo mais sustentável e um melhor aproveitamento dos recursos energéticos.

A crise do petróleo dos anos 70 levou o Brasil a desenvolver tecnologia para exploração em alto mar e em águas profundas, a chamada offshore, a implementar o proálcool e, mais recentemente, a intensificar o desenvolvimento tecnológico visando a utilização dos biocombustíveis. Tecnologias estas que estão sendo determinantes para sobrevivermos a crise mundial e que são, inclusive, exportadas para os demais países.

A exploração das recém descobertas reservas petrolíferas na camada pré-sal, na Bacia de Santos, ganhará impulso diante da atual crise petrolífera. Teremos ainda o gás natural e o biodiesel mais presentes em nossa matriz energética, o que torna o Brasil um dos países com maior condição de agregar e diversificar potencial energético.

O Brasil em parte ganha com a crise do petróleo com a possibilidade de agilizar os recursos necessários para a exploração das reservas localizadas na camada pré-sal. Ganha com a valorização do etanol como alternativa aos derivados de petróleo que atrai novos investimentos para a cadeia da cana-de-açúcar.

A CRISE DO GÁS

A estiagem, o atraso na construção de novos empreendimentos, a estatização dos hidrocarbonetos bolivianos e aumento do consumo, foram os principais motivos que levaram o governo federal a acionar, no final de 2006, as usinas termelétricas gerando desabastecimento de gás para a indústria e afetando diretamente o preço da energia no país.

Para amenizar a crise a Petrobras vai importar em julho a primeira carga de gás natural liquefeito (GNL, gás natural condensando ao estado líquido por meio da redução de sua temperatura para 163 graus Celsius negativos).

Saindo de Cingapura o seu destino no Brasil será o porto de Pecém, no Ceará, onde a empresa possui um terminal de regaseificação. Este gás será utilizado, prioritariamente, para abastecer as usinas termelétricas.

Também lançou, em 2006, o Plangás (Plano de Aceleração da Produção de Gás Natural), que fixou metas para elevar até 2012 a produção nacional do gás natural.

Mais recentemente, diante do agravamento da crise a Petrobras, anunciou a entrega, em outubro, do terminal de GNL da baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, previsto inicialmente para 2009. Assim, injetará 14 milhões de metros cúbicos de gás por dia na região Sudeste.

Segundo a Petrobras, o Brasil consumiu 50,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural por dia em 2007. Até 2012 o consumo pode subir para 134 milhões de metros cúbicos por dia.

Essa medida adotada pelo governo federal de importar GNL não foi suficiente para amenizar a crise. O “apagão” na oferta de gás natural que atingiu a região sudeste do país nas últimas semanas, fez distribuidoras e indústrias reverem seus projetos de investimentos. A Comgás, maior distribuidora do país, cancelou as negociações de novas vendas e a mesma situação foi verificada com as concessionárias cariocas, CEG e CEG-Rio.

Segundo o contrato de concessão da Comgás, a partir de 2011, o grande consumidor poderá escolher de quem comprar o seu produto, é o surgimento da figura do consumidor livre também no setor de gás. Este consumidor deverá comunicar a concessionária com dois anos de antecedência.

AS TARIFAS

As medidas do governo para evitar uma crise no setor elétrico brasileiro refletirão diretamente no bolso do consumidor.

Se em 2007 a revisão tarifária periódica promovida pela Aneel reduziu em média 10% as tarifas residências para a maioria das concessionárias brasileiras, a utilização das térmicas como complementares ao abastecimento de energia custará caro para os brasileiros.

Uma térmica movida a óleo diesel (além de ser mais poluente) gera energia a um custo em torno de R\$300,00 MW/h, enquanto que uma hidrelétrica gera por aproximadamente R\$70,00 por MW/h.

Alguém tem que pagar esta conta que será rateada entre todas as concessionárias brasileiras através do encargo de serviços do sistema (ESS). Este encargo é repassado para as tarifas. A utilização mais freqüente deste combustível se deu por conta da escassez de gás natural para atender toda a demanda do país. A conta pela utilização das térmicas já ultrapassa R\$1 bi, segundo informações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Outro componente que também irá contribuir com o aumento tarifário é a evolução do IGP-M, índice que corrige os contratos das concessionárias distribuidoras de energia.

As tarifas de energia contribuirão para o aumento inflacionário já em curso no país.

A NOVA CARA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

No último período o setor elétrico brasileiro vem ganhando um novo perfil. As últimas licitações das Usinas do Rio Madeira e de linhas de transmissão trouxeram novos investidores como o Santander e demais empresas espanholas, e deslocaram as atividades de empresas que até então estavam com suas atividades concentradas em um determinado estado da federação, como o caso da CTEEP.

A Usina de Santo Antonio que irá gerar 3.150,4 MW de energia, foi adquirida em dezembro do ano passado pelo Consórcio Madeira Energia, vencedor da licitação, Formado por Odebrecht Investimentos em Infra-estrutura Ltda, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Andrade Gutierrez Participações S/A., Cemig GT, Furnas e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (Banif e Santander), que ofereceu o menor preço pela energia a ser gerada, R\$78,87 MW/h, deságio de 35% frente ao teto oferecido pela ANEEL de R\$122,00 o MW/h. O valor do investimento é de R\$9,5 bilhões.

Já a Usina de Jirau foi arrematada em maio pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil, composto pela franco-belga Suez Energy (controladora da Tractebel no país) com 50,1% de participação, Camargo Correa - 9,9%, Eletrosul - 20% e Chesf - 20%. Irá gerar 3.330 MW de energia. O valor do investimento é de R\$8,7 bilhões. Ofereceu o menor preço pela energia a ser gerada, R\$71,40 MW, deságio de 21,5% sobre o preço teto de R\$91,00. A previsão é de geração de 13 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Dessa maneira a Tractebel se tornou a quarta maior geradora de energia do país com 8.215 MW de potência, superando a Cemig (6.922 MW), e a Cesp (7.455 MW).

Já as linhas de transmissão do Rio Madeira deverão ser leiloadas em setembro. Terão cerca de 2,5 mil quilômetros de extensão.

Linhas de Transmissão

A Aneel concluiu o leilão de transmissão com a concessão de aproximadamente 3 mil quilômetros de 19 linhas e 20 subestações que ligarão a região norte do país ao Sistema Interligado Nacional. Foram arrematadas com deságios que tiveram variação de 0,39% a 51,27%. O deságio médio foi de 20,18%.

Uma obra que envolve os estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Os empreendimentos vão gerar 28,6 mil empregos diretos e deverão entrar em operação entre 15 e 36 meses após a assinatura dos contratos de concessão. Os investimentos totais para a construção das linhas estão estimados em R\$ 2,86 bilhões. O prazo das concessões de transmissão é de 30 anos.

A Cteep foi a grande vencedora do leilão, arrematando as concessões de cinco lotes – **E, F, H, I e K**. A empresa espanhola Isolux Ingenieria S/A venceu a concessão dos lotes **A e B**, e o consórcio Amazonas venceu o lote **C**, compondo assim o Linhão linhão Tucuruí-Manaus-Macapá, com 1.829 quilômetros de extensão.

O Consórcio brasileiro TBE Centro-Oeste, composto pela Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A – 51% e Cemig Geração e Transmissão S/A – 49% foi o vencedor do lote **D**.

A Chesf foi vencedora no lote **G**. O lote **J** foi arrematado pela espanhola Elecnor Transmissão e Energia S/A. O lote **L** teve como vencedor o consórcio composto pela Eletronorte – 30%; Chesf – 19,5%; a espanhola Abengoa Concessões Brasil Holding S/A – 30%; Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – 20,5%.

Ganhou o leilão quem ofereceu a menor tarifa, ou seja, a menor receita anual permitida (RAP) para prestação do serviço, o que deverá resultar em benefícios ao consumidor, uma vez que a tarifa de uso dos sistemas de transmissão é um dos componentes de custo da tarifa paga pelo consumidor final às distribuidoras. Além de reduzir os custos com a CCC – Conta e Consumo de Combustíveis Fósseis, responsável por subsidiar o combustível para geração térmica do Sistema Isolado Nacional.

O lote **C** está com o recurso interposto pelo Consórcio Amazonas e a Comissão Especial de Licitação da Aneel divulgou o Comunicado Relevante nº 3 sobre o assunto.

A Eletrobrás

Em março a empresa ganhou status de “superestatal”, com a aprovação de uma medida provisória que ampliou seus poderes e autoriza sua participação em empreendimentos no exterior. Permite, também, que ela atue como majoritária em consórcio com empresas privadas para a disputa de novas usinas.

Para isso deverá solucionar o problema do não pagamento de dividendos aos seus acionistas durante o período de nove anos (1979 a 1988), condição para participar no mercado acionário norte americano (SEC, que é a CVM americana) e melhorar a captação de recursos nos mercados interno e externo. Também deverá resolver problema do endividamento das empresas federalizadas.

Para isso a Eletrobrás assumiu recentemente os ativos das sete distribuidoras regionais de energia federalizadas que integram a Eletronorte. São elas: Ceam (AM), Manaus Energia (AM), Cepisa (PI), Ceal (AL), Ceron (RO), Eletroacre (AC) e Boa Vista Energia (RR). Criou uma diretoria de Empresas Federalizadas para tratar dos ativos dessas empresas. Elas passarão a ter um único presidente, o mesmo que assume o comando da diretoria recém criada e passarão por reformulação e rearranjo financeiro.

O Brasil, através da Eletrobrás, assinou acordo para a construção de uma hidrelétrica no Peru e estuda projetos de geração em outros países como Argentina e Bolívia. Isso graças a nova legislação que ampliou os poderes da empresa.

Se por um lado o cenário do setor aponta para a geração de novos empregos, uma antiga disputa jurídica mantém o clima de incerteza em Furnas que poderá ter de demitir cerca de 1,7 mil trabalhadores terceirizados, o que significa algo próximo de 45% do seu quadro funcional. Em 2002, Furnas fez concurso público que aprovou nove mil candidatos. Porém até hoje não convocou a maioria desses concursados e vem sistematicamente utilizando-se da mão-de-obra contratada, contrariando os princípios constitucionais.

OS BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol - Dois estudos independentes publicados em 2006, um da Agência Internacional de Energia (AIE) e outro do Banco Mundial declararam que o “etanol da cana-de-açúcar é único produto disponível atualmente que pode competir com o petróleo a partir de US\$ 45 barril. E ainda contribui para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, em particular o gás carbônico, principal causa do aquecimento na atmosfera terrestre.”³

Porém, na vida real brasileira muitos contrastes são observados no cultivo da cana-de-açúcar como a morte de trabalhadores por exaustão, o trabalho infantil, desmatamento da Amazônia e até mesmo trabalhos forçados são assuntos que sempre acompanham o debate sobre esta cultura no país.

Segundo a mesma revista já citada anteriormente, “a partir de 2008 serão US\$ 23 bilhões em novas usinas de cana-de-açúcar nos próximos cinco anos, além de outros US\$ 10 bilhões na ampliação das já existentes. No total, até 2011, o Brasil contará com 70 usinas novas do porte de 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar cada uma. A produção passará dos 800 milhões de toneladas por safra”.

O debate sobre o etanol traz para nós, trabalhadores do setor energético, um elemento importante. A geração de energia elétrica pela queima do bagaço da cana moído compoendo a matriz energética

³ Época debate “Por que os biocombustíveis são a maior oportunidade para a economia brasileira”. Revista Época, 16 de junho de 2008.

brasileira na categoria das chamadas biomassas, e os novos empregos que serão gerados para a produção desta energia. O que está em discussão é a possibilidade de representarmos estes novos trabalhadores e ampliarmos nossa base sindical.

Biodiesel – No Brasil o biodiesel é misturado obrigatoriamente ao diesel na proporção de 2% (também conhecido como B2). A partir de julho esta concentração passará a 3% (B3), e exigirá uma demanda mensal em torno de 115 milhões de litros. Até 2010 a mistura chegará a 5%.

Este biodiesel deveria ser processado, predominantemente, a partir de pinhão-mansou ou mamona, como parte da política do governo federal para fixar o trabalhador no campo e distribuir renda para famílias carentes. Ao contrário disso, 70% desse biodiesel é processado a partir da soja, cultura que concentra grandes propriedades rurais e riqueza.

A produção do biodiesel no Brasil recebe fortes incentivos fiscais e financiamento e é controlada pela Petrobras. No último leilão realizado em junho, a Petrobras, que compra 95% da produção nacional de biodiesel, pagou R\$3,30 por litro. No leilão anterior este preço era de R\$2,69. O preço médio do diesel nas bombas está em R\$1,87 o litro. A diferença refere-se ao subsídio bancado pela Petrobras.

O programa não está saindo do jeito que foi pensado e a soja lidera 70% da produção.

SÃO PAULO - UM CAPÍTULO À PARTE

CESP

De 1997 até 2006, os tucanos no comando do governo de São Paulo privatizaram quatro distribuidoras de energia elétrica, dentre elas a Eletropaulo, maior distribuidora da América Latina, duas geradoras de energia elétrica, três distribuidoras de gás natural incluindo a Comgás, e a única transmissora estatal, a CTEEP, em 2005. A liquidação trouxe aos cofres públicos algo em torno de US\$ 11 bilhões e o fechamento de aproximadamente 25.827 postos de trabalho.

No último 26 de março/2008, Serra viu frustrada a terceira tentativa de transferência do controle acionário da CESP, uma vez que o governo federal não autorizou a renovação automática das concessões de algumas de suas Usinas para um futuro novo controlador. Com isso os tucanos deixam de arrecadar algo em torno de R\$6 bilhões para executarem projetos com interesse eleitoral. Porém, não pense que os tucanos vão desistir de concretizar tal plano.

Serra discute brecha na Lei para retomar o processo de privatização da Cesp

Serra é um sujeito persistente e tenta arrumar brecha na legislação e criar um fato jurídico para, quem sabe, em algum momento, conseguir uma interpretação favorável a sua tese de prorrogação

automática das concessões das usinas de Jupia e Ilha Solteira. Esta é uma das estratégias dos tucanos.

A nova tese jurídica foi noticiada dia 30 de junho, pelo Jornal Valor Econômico. Nela os tucanos argumentam que o prazo de 20 anos das concessões das geradoras deveria ser contado a partir de 2004, quando se deu a assinatura de uma Portaria estendendo para as geradoras as mesmas regras das distribuidoras. Ocorre que a Lei 9.074 de 1995 foi regulamentada no mesmo ano através do Decreto 1.717/95, portanto, vale a data da publicação da Lei, ou seja, 1995, para a contagem dos 20 anos das concessionárias.

A CESP é indiscutivelmente um importante e estratégico instrumento para a política de desenvolvimento do Estado. Com seu potencial hidráulico e o uso múltiplo dos rios garante, também, o desenvolvimento regional.

O CASO ALSTOM

Como se não bastasse para a sociedade paulista a política privatista e de desmonte do PSDB, um grandioso esquema de corrupção envolvendo a Alstom, empresa francesa de equipamentos para o setor de transporte e de energia, e o governo tucano, está sendo paulatinamente desvendado.

No início de maio a imprensa publicou reportagem do jornal americano "Wall Street Journal" sobre os documentos em posse dos Ministérios Públicos francês e suíço, segundo os quais a multinacional francesa Alstom teria pagado propina para políticos do governo paulista, inclusive US\$ 6,8 milhões para conseguir um contrato de US\$ 45 milhões com o Metrô, em São Paulo. Esta é apenas a ponta do iceberg. Segundo documentos em poder do Ministério Público Suíço apontam que pelo menos R\$1,8 milhão tenha sido transferido pela Alstom para pagamento de propina a políticos tucanos paulistas por meio de dois doleiros brasileiros.

Como a Alstom é a maior fornecedora mundial de equipamentos para os segmentos transporte e energia, a imprensa até já tentou relacioná-la com empresas estatais federais sugerindo que o esquema também passava pelo governo federal.

As empresas elétricas já citadas no caso até o momento são a CESP, Eletropaulo e CTEEP (por conta de contratos com a antiga EPTE e pelo fato do presidente da empresa, Sidnei Colombo Martini, já ter sido executivo da Alstom antes de entrar para o setor elétrico estatal paulista em 1999).

A cada dia novas denúncias sobre o esquema aparecem e o escândalo se torna ainda mais gigantesco envolvendo o alto escalão do governo estadual, o TCE, a própria Assembléia Legislativa, empresas estatais, dentre outros. Porém, a base governista de deputados na Assembléia Legislativa de São Paulo impede a instalação de uma CPI para investigar o caso.

Este é um escândalo que não pode passar despercebido apesar das velhas e conhecidas dificuldades de espaço junto a grande imprensa.